

Sepe convoca categoria para a luta com assembleia da rede estadual no dia 7 de março

No sábado, 7 de março, o Sepe convoca os profissionais da rede estadual para a luta. Neste dia, a categoria irá realizar sua primeira assembleia geral do ano, **em formato híbrido**, com local e hora a confirmar, para discutir a luta em 2026.

É muito importante a participação massiva da categoria nesta assembleia, onde iremos discutir, além da conjuntura estadual e nacional, o início da luta por reajuste (os salários se encontram congelados há mais de dois anos) e pela recomposição das perdas de 2017 a 2021, interrompida pelo calote do governador Cláudio Castro nas duas parcelas restantes do acordo feito com a ALERJ.

Outra pauta importante desta assembleia será o planejamento de uma estratégia de mobilização e de luta contra os sucessivos ataques do governo Cláudio Castro e da sua bancada contra a Educação estadual, como o uso dos recursos do RioPrevidência em operações com o Banco Master. Participe! ■



LEIA NESTA EDIÇÃO DO BOLETIM DO SEPE

O novo valor do piso nacional e a luta para que o governador pague o piso

TABELA: Como seria o salário com o piso na carreira

Absurdo: Segmentos da rede estadual recebem abaixo do salário mínimo

Piso nacional dos funcionários é aprovado na Câmara e vai ao Senado

O dinheiro do Rioprevidência e o escândalo do Banco Master

Sepe participa do Congresso da CNTE, em Brasília

Precarização na rede estadual: SEEDUC anuncia 1.750 vagas para professores temporários

A SEEDUC anunciou a contratação de novos professores temporários, em mais um ataque ao concurso público. Serão ofertadas até 1.750 vagas para os anos iniciais e finais dos ensinos Fundamental e Médio, em 2026 e 2027.

Para o Sepe, trata-se de mais um avanço da precarização a que o governador Cláudio Castro submete a educação. Castro, pelo visto, é contra a realização de concurso público para suprir as demandas de vagas de profissionais nas escolas e não convoca os aprovados. O governador, em 2024, aprovou na ALERJ lei permitindo contratações de até 30% em relação ao total de docentes na rede.

Para o sindicato, a instituição do concurso público é necessária pela estabilidade que oferece à categoria e os vínculos mais profundos criados com a comunidade escolar. Há mais de dez anos não há concursos públicos na rede. Por outro lado, as contratações temporárias não garantem a permanência do profissional e não resolvem o crônico problema da carência de profissionais. Além disso, a contratação ameaça o próprio sistema de previdência dos servidores estaduais. ■



Quatro razões para preferir o concurso público em vez dos contratos temporários

- 1** A estabilidade permite que o concursado avance na carreira, melhorando a qualidade do ensino oferecido.
- 2** O ingresso através de concurso público, em vez de seleção, evita indicações políticas, com objetivos eleitorais.
- 3** O concursado, pelo tempo na escola, tem condições de estabelecer vínculos mais profundos com alunos e comunidade.
- 4** A estabilidade garante liberdade para fazer denúncias (corrupção, desvios, assédio, abusos), sem receio de perder o emprego.

Escândalo do Banco Master: preso ex-presidente do Rioprevidência

Agentes das Polícias Federal e Rodoviária Federal prenderam, no dia 3 de fevereiro, o ex-presidente do Rioprevidência, Deivis Marcon Antunes, em Itatiaia, no Sul do Rio de Janeiro. Antunes foi preso durante a segunda fase da Operação “Barco de Papel”, que cumpriu três mandados de prisão temporária e nove de busca e apreensão no RJ e em Santa Catarina. Os mandados foram decretados pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro com base em indícios de obstrução de investigações e ocultação de provas.

Antunes, é sempre bom lembrar, foi nomeado pelo governador Cláudio Castro e comandou o Rioprevidência até 23 de janeiro, data em que renunciou após a primeira fase da operação “Barco de Papel” da Polícia Federal para apurar suspeitas de gestão fraudulenta, desvio de dinheiro e corrupção no fundo. Foi na sua administração e de outros dois ex-diretores da autarquia que o fundo de previdência dos servidores estaduais do Rio de Janeiro investiu R\$ 970 milhões em letras financeiras do Banco Master, títulos de investimento de alto risco que não contam com a cobertura do fundo garantidor de crédito.

Como sabemos, o governador Cláudio Castro é do PL, um dos partidos que têm políticos envolvidos nas transações do Banco Master. Deivis Marcon Antunes certamente não investiu no Master tal soma de dinheiro sem aval ou o conhecimento do governador.

O Rioprevidência, responsável pelo pagamento de cerca de 240 mil aposentadorias e pensões, tem sido fonte de preocupação da Secretaria de Aposentados(as) do Sepe há muito tempo. Em 2023, atentos para os problemas de malversação e gestão temerária, comprovados pela CPI do Rioprevidência, os apo-



Ato da Secretaria de Aposentadas no Rioprevidência, em 2025

sentados lançaram a campanha “Tirem as mãos da nossa Previdência!” e realizaram desde então atos na sede do órgão para exigir transparência e garantias do governo do estado.

O problema piorou com a aprovação de projeto do governador Cláudio Castro que permite utilizar royalties do petróleo destinados ao caixa do fundo para pagar dívidas. E a crise desandou ainda mais com o escândalo dos investimentos no Master, prejuízo que pode afetar o futuro das nossas aposentadorias

Durante o 35º Congresso da CNTE, em Brasília, a delegação do Sepe esteve no Ministério da Previdência Social solicitando audiência com o ministro para pedir intervenção junto ao Rioprevidência.

Para o sindicato, é necessário avançar nas investigações sobre as ligações dos políticos que tentaram de todas as formas evitar a liquidação do Master e, também, daqueles que permitiram ou ordenaram que fundos de pensão e bancos como o Banco Regional de Brasília (BRB) despejassem bilhões de reais a fundo perdido no caixa de um banco com notórios problemas financeiros.

O Sepe repudia que o governador, responsável pela nomeação dos diretores agora investigados e integrante do PL, tenha permitido ou se envolvido na série de operações financeiras envolvendo o Rioprevidência e um banco sabidamente com problemas de gestão dos fundos. Apesar de alertas do TCE, Castro, assim como outros governadores, prefeitos e políticos, continuaram despejando recursos em uma instituição podre. ■



Operações com o Master começaram após a posse do presidente do Rioprevidência, Denis Marcon Antunes,



AGENDA PLENÁRIAS HÍBRIDAS DO COLETIVO ESTADUAL DE APOSENTADAS DO SEPE-RJ

MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
17	14	19	16	21	18	15	20	17	15

Sempre às 09H30.
Parte presencial: SEPE-RJ

LULA ASSINA MP E REAJUSTA EM 5,4% O PISO NACIONAL EM 2026

O presidente Lula editou uma Medida Provisória (MP) que reajusta de forma imediata em 5,4% o piso nacional do magistério para o ano de 2026. Com a medida, o piso passará de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63, com ganho real de 1,5 ponto percentual

acima da inflação. A MP, assinada no dia 21/01 e com validade imediata, determina que o piso será sempre atualizado e que o reajuste nunca poderá ser inferior à inflação do ano anterior, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Desde o início do ano, os profissionais de educação estavam mobilizados para exigir do governo federal uma proposta de reajuste diferente da que vinha sendo especulada pelo Congresso Nacional e que previa reajuste de 0,37%, que representaria cerca de R\$ 18 no valor do piso. Com a pressão da categoria, o governo anunciou o reajuste de 5,4%.

O texto determina que a atualização anual do piso seja feita a partir da soma do INPC do ano anterior e



Assinatura da MP, com a presença da CNTE. Foto Ricardo Stuckert/PR

de 50% da média da variação percentual da receita real, com base no INPC, relativa à contribuição de estados, Distrito Federal e municípios ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), realizada nos cinco anos anteriores. Este percentual nunca poderá ser inferior à inflação. O MEC informou que a MP pretende fazer a adequação à Lei do Novo FUNDEB, de setembro de 2020.

Agora é iniciar 2026 com muita luta para pressionar o governador Cláudio Castro e prefeitos para que paguem o novo valor respeitando os planos de carreira. E cobrar dos ministros do STF que retomem o julgamento do piso. ■

Julgamento do Piso no STF foi suspenso após pedido de vista do ministro Toffoli

O julgamento virtual no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a incidência do piso nacional do magistério (Lei nº 11.738) nos planos de carreira dos profissionais do magistério (Tema 1218) foi iniciado em 12 de dezembro, com o voto do ministro-relator Cristiano Zanin, sujeito a diferentes interpretações.

Após o voto, o julgamento foi suspenso com o pedido de vista do ministro Dias Toffoli, que pode

durar até 90 dias.

O Sepe, junta aos departamentos jurídicos e a assessoria da CNTE – confederação à qual o sindicato é filiado e que integra o presente julgamento – continuará estudando a tese e acompanhando os demais votos.

O Sepe convoca a categoria a continuar a pressão para que o ministro destrave o julgamento e dê uma sentença favorável aos profissionais.

Campanha cobrou do governador o pagamento do piso e a recomposição



Ônibus adesivado em Teresópolis

Entre novembro e dezembro, o Sepe veiculou anúncios em rádios e ônibus, denunciando as perdas e exigindo o pagamento do piso nacional e a recomposição. Com cartazes, adesivos, rádios e busdoor, cobrou do governador a devolução do poder de compra do salário.

A campanha foi veiculada nas rádios CBN, Globo e Antena 1, durante 20 dias, e circulou em 209 ônibus durante um mês, em 37 municípios e na capital.

Confira o vencimento-base atual e o que deveria ser pago pelo governo

Veja nas tabelas produzidas pelo Sepe/Dieese, o valor do vencimento-base dos docentes da SEEDUC e quanto o governo deveria pagar caso respeitasse a aplicação do plano de carreira, com a diferença de 12% entre os níveis. Como pode ser observado, com o reajuste do salário mínimo em janeiro, diversos segmentos de educadores se acham com o vencimento-base abaixo do valor do mínimo (*leia mais na página 7*).

PROFESSOR DOCENTE I 18H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	1.588,41	3.982,19
4	1.778,98	4.460,05
5	1.992,46	4.995,26
6	2.231,06	5.594,69
7	2.499,36	6.266,05
8	2.799,27	7.017,98
9	3.135,19	7.860,14

PROFESSOR, SUPERVISOR ESCOLAR, ORIENTADOR ED. E INSPETOR ESC. 25h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	2.206,08	5.530,82
4	2.470,83	6.194,52
5	2.767,32	6.937,86
6	3.099,40	7.770,40
7	3.471,32	8.702,85
8	3.887,89	9.747,19
9	4.354,44	10.916,86

PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE II 40h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
1	2.251,11	5.130,63
2	2.521,26	5.746,31
3	2.823,80	6.435,86
4	3.162,63	7.208,17
5	3.542,17	8.073,15
6	3.967,24	9.041,92
7	4.443,30	10.126,95
8	4.976,50	11.342,19
9	5.573,66	12.703,25

PROFESSOR DOCENTE I 16H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	1.411,92	3.539,72
4	1.581,35	3.964,49
5	1.771,11	4.440,23
6	1.983,65	4.973,06
7	2.221,68	5.569,82
8	2.488,29	6.238,20
9	2.786,88	6.986,79

PROFESSOR DOCENTE 30H

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	2.647,30	6.636,98
4	2.964,98	7.433,42
5	3.320,78	8.325,43
6	3.718,43	9.324,48
7	4.165,59	10.443,42
8	4.665,47	11.696,63
9	5.225,31	13.100,23

PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE I 40h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
3	3.529,74	8.849,31
4	3.953,34	9.911,23
5	4.427,72	11.100,58
6	4.959,06	12.432,64
7	5.554,11	13.924,56
8	6.220,64	15.595,51
9	6.967,11	17.466,97

PROFESSOR DOCENTE II 22h

REF	VENCIMENTO-BASE (VB) EM 2026, em R\$	COMO SERIA O VB COM O PISO NA CARREIRA, em R\$
1	1.125,55	2.821,85
2	1.260,61	3.160,47
3	1.411,92	3.539,72
4	1.581,31	3.964,49
5	1.771,08	4.440,23
6	1.983,16	4.973,06
7	2.221,65	5.569,82
8	2.488,24	6.238,20
9	2.786,83	6.986,79

Simulação com Piso Nacional na Ref. 1 Doc II 22h. **Elaboração:** Sepe/Dieese. **Fontes:** GESPERJ. Caderno de Remunerações. Junho de 2025.

Sepe participa do 35º Congresso da CNTE, em Brasília

DIVULGAÇÃO/CNTE

De 15 a 18 de janeiro, o Sepe participou do 35º Congresso da CNTE, o primeiro presencial após a pandemia e que marcou a volta do sindicato aos quadros da entidade. O evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, foi marcado pela luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, democracia, sustentabilidade e soberania para fazer face aos avanços da extrema direita e do neoliberalismo.

A programação combinou análise de conjuntura, debates sobre política educacional e sindical, plenárias deliberativas, grupos de trabalho e atividades culturais. Painéis com convidados como o neurocientista Miguel Nicolelis e a ministra Macaé Evaristo, colocaram temas como o papel da escola pública, a valorização docente, a diversidade e o meio ambiente.

Ao final, foi aprovado plano de lutas para enfrentar a extrema direita, a mercantilização, a privatização e a militarização das escolas. Também foram condenados o ataque do governo Trump na Venezuela, as ameaças sobre as democracias latino-americanas e o massacre de Israel em Gaza.

O Sepe, que retornou à CNTE após decisão congressual de 2023, marcou presença com cerca de 200 delegados e entregou três moções para a plenária do evento.

NOVA DIREÇÃO

No dia 17/1, delegados e delegadas elegeram a Chapa 10 “Unidade para Lutar e Conquistar” com 93,76% dos votos no pleito para a Direção e o Conselho Fiscal da entidade no quadriênio 2026–2030. Com o resultado, Fátima Silva assu-



mirá a presidência da CNTE. O Sepe está representado na nova diretoria com as professoras Izabel Costa e Odisseia Pinto de Carvalho.



A chapa vencedora reúne uma aliança de forças políticas e assume com o compromisso de fortalecer a unidade diante dos desafios da conjuntura política e educacional.

Também disputou o pleito a Chapa 20 – CNTE com Independência de Classe e Luta.

Fátima Silva será a segunda mulher a presidir a CNTE em toda a história, após Juçara Dutra Vieira (2002–2008). Sua posse tem um peso simbólico para uma categoria majoritariamente feminina. “Não se trata apenas de ocupar um cargo, mas de reafirmar que as mulheres têm voz, têm história e têm papel central na luta sindical e na construção da educação pública brasileira”, afirmou Fátima.



No encerramento, ela recordou sua trajetória no magistério em Coronel Sapucaia (MS) e lembrou que a luta contra o neoliberalismo e avanço da extrema-direita não será fácil. “Não viveremos dias fáceis e em calmaria. Por isso, precisamos estar juntos e nos apoiar, alimentar a esperança, estar presentes na nossa base social, porque é de lá que vem a nossa força”, afirmou. Entre as prioridades anunciadas estão a resistência à Reforma Administrativa, a garantia do Piso na carreira e a defesa da liberdade de cátedra.■



Leia mais sobre o congresso:

www.seperj.org.br

www.cnte.org.br

SEPE PROTOCOLOU NO MEC PEDIDO DE AUDIÊNCIA COM O MINISTRO



Durante o Congresso da CNTE, uma representação do Sepe esteve no Ministério da Educação no dia 16/1 para solicitar audiência com o ministro Camilo Santana. O objetivo da reunião é denunciar as seguintes questões em relação à educação pública no estado do Rio de Janeiro: Vencimentos-base de vários segmentos de profissionais da rede estadual abaixo do salário mínimo nacional reajustado em janeiro deste ano; Situação dos animadores culturais ameaçados de demissão e com salários também abaixo do mínimo; Situação da rede municipal do Rio com profissionais adoecendo por causa da sobrecarga com a minutagem e sem compensação com o aumento das horas aulas.

Em seguida, os profissionais foram ao Ministério da Previdência e Assistência Social e protocolaram pedido de audiência com o ministro Wolney Queiroz para discutir a situação do Rioprevidência; a Lei aprovada na Alerj que permite o uso dos royalties do petróleo destinados ao caixa do Fundo para pagar dívidas com a União; e o escândalo do Banco Master, liquidado pelo Banco Central, no qual o Rioprevidência tem aplicado cerca de R\$ 1 bilhão. ■

Parte da categoria inicia o ano recebendo menos do que o salário mínimo

SEGMENTO ABAIXO DO MÍNIMO (R\$ 1.621)

VENCIMENTO-BASE

FUNCIONÁRIOS (nível elementar, fundamental, ensino médio e até a referência III de ensino superior)

De R\$ 802,66 a R\$ 1.604,53

ANIMADORES CULTURAIS

R\$ 1.260

DOCENTES II 22H (nível 1 ao 4)

De R\$ 1.125,55 a R\$ 1.581,31

DOCENTES I 16H (níveis 3 e 4)

R\$ 1.411,92 e R\$ 1.581,31

DOCENTES I 18H (nível 3)

R\$ 1.588,39

Em 1º de janeiro o salário mínimo passou de R\$ 1.518 para R\$ 1.621, com o reajuste anunciado pelo governo federal. Desta maneira, os vencimentos-base de diversos segmentos da rede estadual ficaram abaixo do mínimo, o que é proibido pela Constituição.

O Sepe já entrou em contato com a SEEDUC, solicitando audiência para discutir o problema, que, infelizmente, não é novo para alguns segmentos como o dos funcionários e o dos animadores culturais que, há muito tempo, recebem abaixo do mínimo e, no caso dos animadores, ainda lutam para regularizar sua situação funcional. Vamos continuar cobrando de Cláudio Castro. O orçamento aprovado para 2026 (Lei 11.098) autoriza o estado a pagar a recomposição e dar reajuste. ■

Piso dos Funcionários é aprovado na Câmara e vai ao Senado

Em vitória que mostra a força dos funcionários e de suas entidades, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou em 9/12, em caráter conclusivo, o piso nacional para profissionais da área técnica, operacional e administrativa da educação básica pública.

O Projeto de Lei 2531/2021 agora segue ao Senado e, se aprovado, funcionários irão receber 75% do piso do magistério.

A Secretaria de Funcionários do Sepe saúda a aprovação, muito aguardada pelo conjunto deste segmento dos profissionais. Nos últimos anos, o Sepe marcou presença em Brasília, participando de atos promovidos pela CNTE e pelas demais entidades representativas dos educadores, além de atividades de pressão sobre os parlamentares.

Agora, a mobilização tem que continuar para que o PL 2531 seja aprovado pelo Senado. ■



AGENDA PLENÁRIAS HÍBRIDAS DO COLETIVO ESTADUAL DE FUNCIONÁRIOS

MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
21	11	30	20	15	19	24	28	19

Sempre em um sábado, às 09H.
Parte presencial:
SEPE-RJ

Informe sobre direito a incorporação da gratificação para quem trabalhou em Regime Especial de Trabalho

O Departamento Jurídico do Sepe informa que profissionais da rede estadual que se aposentaram nos últimos cinco anos e trabalharam em Regime Especial de Trabalho (RET) nos anos de 1994, 1995, 1996, 1997 e/ou 1998, podem ter direito à incorporação da gratificação.

Segundo o Jurídico, os valores retroativos podem representar somas consideráveis, a depender da análise de cada caso, valores e tempo de permanência no regime RET.

Deste modo o Sepe recomenda que os profissionais enquadrados neste caso verifiquem se seus con-

tracheques de 1994 a 1998 possuem a rubrica RET ou Encargos RET. Se constar nos contracheques, o sindicato poderá entrar com ação judicial individual reivindicando este direito. Em caso de ganho na Justiça, os valores retroativos a serem recebidos serão referentes aos últimos cinco anos. E a incorporação na aposentaria será de 20% a cada ano trabalhado neste Regime Especial, até o limite de 100%.

Se você se enquadrar nestes requisitos, veja os documentos necessários:

Comprovante de filiação ao SEPE; Identidade e CPF; Compro-

vante de residência; Diário Oficial da publicação da aposentadoria; Contracheques de 1994 a 1998; 3 últimos contracheques para análise do pedido de gratuidade de justiça; Se portador de doença grave, trazer recente laudo médico.

Caso o servidor esteja na ativa, o sindicato orienta a pedir junto com a aposentadoria a incorporação da Gratificação RET.

Para mais informações entre em contato com o Departamento Jurídico do Sepe RJ (21 2195-0457) e agende atendimento com um advogado, levando todos os documentos listados acima. ■

Lei do Descongela: Conheça o parecer do Jurídico do Sepe

Para o Departamento Jurídico (DJ) do Sepe, a sanção do presidente Lula da Lei Complementar 226/2026, antigo PLP 21/2003, de autoria da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), que altera Lei do governo Bolsonaro que proibia a concessão de vantagens, reajuste ou adequação de remuneração a servidores (federais, estaduais e municipais) assim como não permitia a contagem para pagamento de anuênios, triênios, licenças-prêmio entre outros benefícios, não significa que seria necessária, num primeiro momento, a judicialização.

Embora a chamada “Lei do Descongela” garanta o descongelamento automático dos 583 dias e autorize o pagamento retroativo, faltaria aos entes estaduais e municipais, dentro de sua autonomia financei-

ra e orçamentária, adequar suas leis para concretizar o que determina a nova lei e não caberia, portanto, à União determinar o pagamento.

Como forma de pressionar os governos para que criem legislações locais que permitam o cumprimento do disposto na LC 226, o DJ propõe, num primeiro momento, que o sindicato envie ofícios para os governos estadual e municipais, reivindicando que seja editada com a máxima urgência uma legislação local, prevenindo o pagamento nos termos autorizados pela LC 226, incluindo o reflexo nos proventos dos que se aposentaram neste período. O DJ recomenda também que seja lembrada a urgência da edição de legislação local que corrija as distorções nos termos da LC 226/2026, tão aguardada pela categoria desde 2020. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe



Sindicalize-se